

O PARADIGMA PÓS-MODERNO DIANTE DA HISTÓRIA

Fátima Maria Leitão Araújo¹
Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro²
Francisco Joatan Freitas Santos Junior³

Resumo: Hoje, o historiador de ofício se vê novamente desafiado a legitimar sua práxis. Ele se depara com contestações que tentam deslegitimar os saberes que produz e que sustentam os alicerces da História; contestações estas que são frutos do avanço do paradigma pós-moderno. Dentre outros aspectos, este paradigma se caracteriza por romper com a crença nas metanarrativas e visões totalizantes da história, incluindo-se os pilares filosóficos básicos que constituem a modernidade. Nosso objetivo é reafirmar a tradição historiográfica que, amparada em perspectivas teóricas e metodológicas próprias, sustenta a legitimidade do saber histórico. Nos limites desse texto, recorreremos à revisão bibliográfica de autores que sintetizam a crise do paradigma moderno e apresentam aspectos que fundamentam a epistemologia pós-moderna, principalmente, autores como François Lyotard e Boaventura Santos. Entretanto, visando fundamentar um apologismo não panfletário do conhecimento historiográfico nos apoiamos também nos escritos e na lógica histórica de E. P Thompson. Portanto, diante da crítica pós-moderna, pretendemos suscitar reflexões sobre a importância da historiografia e dos saberes que são por ela produzidos.

Palavras-Chaves: História, Historiografia, Paradigma pós-moderno, Lógica histórica.

Abstract: Today, the office of the historian is again challenged to legitimize their practice. He faces challenges trying to delegitimize the knowledge that produces and that sustain the foundations of history; these challenges that are the fruits of the post-modern paradigm breakthrough. Among other things, this paradigm is characterized by breaking with the belief in metanarratives and totalizing visions of history, including the basic philosophical pillars that constitute modernity. Our goal is to reaffirm the historiographical tradition that, based on their own theoretical and methodological perspectives, endorses the legitimacy of historical knowledge. Within the limits of this text, we turn to literature review of authors summarize the crisis of the modern paradigm and feature aspects that underlie the postmodern epistemology, especially authors like François Lyotard and Boaventura Santos. However, aiming to support a non pamphleteer apologismo of historiographical knowledge to also support in the writings and historical logic of E. P Thompson. Therefore, in the postmodern critique, we intend to raise reflections on the importance of history and knowledge that are produced by it.

Keywords: History, Historiography, postmodern paradigm, historical logic.

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: fatima.leitao@uece.br

²Mestrando em Educação (PPGE/UECE). Licenciado em História (UECE). E-mail: lipe_professor@hotmail.com

³Mestrando em Educação (PPGE/UECE). Licenciado em História (UECE). E-mail: joatan.freitas@gmail.com

Introdução

Jean-François Lyotard, em seu afamado livro intitulado *A condição pós-moderna*, propõe uma discussão sobre a posição ocupada hoje pelo saber nas sociedades mais desenvolvidas. De acordo com o referido autor, a expressão pós-moderno é utilizada para referir-se ao "estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX" (LYOTARD, 2009, p. 15). O autor sustenta a hipótese de que "o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial, e as culturas na idade dita pós-moderna" (IDEM, p. 3).

Na perspectiva do referido autor, o saber pós-moderno se caracteriza por romper com a crença nas metanarrativas e nas visões totalizantes da história, incluindo-se os pilares fundamentais que sustentavam a modernidade, como a crença na verdade por meio da razão, e a linearidade histórica rumo ao progresso. Destarte, uma concepção de história pós-moderna compreende que, "qualquer 'metadiscursos', qualquer teoria global, tornou-se impossível de sustentar devido ao colapso da crença nos valores de todo tipo e em sua hierarquização como sendo universal, o que explicaria o assumido niilismo intelectual contemporâneo". (CARDOSO, 1997, p.39).

Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação. (LYTOARD, 2009, p. 69).

Assim, a crítica às metanarrativas, aos discursos globalizantes e, por assim dizer, à visão de totalidade da narrativa histórica, tornou-se senso comum nos discursos pós-modernos. Mas, na verdade, essa crítica se transformou num discurso único pós-moderno, ensejando sob as diversas nuances fragmentárias uma nova forma globalizante de relato histórico-social e de explicação da realidade social, ademais, muito consoante com o atual desenvolvimento do capitalismo globalizado dito "pós-moderno".

Nesse contexto, as tecnologias informacionais tem promovido uma integração acelerada do mundo, o tempo-espaço foi redefinido à luz da capacidade de transportar informações e capitais por meio das redes virtuais. Tudo é posto como algo inexoravelmente perecível, em ritmo alucinante, compreendendo-se, portanto, que "tempo e espaço são categorias construídas que se desenvolvem em determinado momento e espaço históricos"

(MAIA FILHO *et al.*, 2014, p. 9). Dessa forma, a integração promovida pela tecnologia a serviço do grande capital, que se convencionou denominar globalização, parece integrar cada vez mais as áreas consideradas periféricas, formatando o que se costuma denominar de nova ordem mundial.

A nova ordem surgiu em nome da ONU, a fim de recompor as bases da ordem internacional e das novas relações de forças, logo em seguida ao rompimento do equilíbrio bipolar. Na realidade a expressão mais adequada, para entender a globalização é a mundialização do capital que se intensificou com o fim do "socialismo real", em 1989. (ANGELI, 1996, p.14).

Face ao descrito, realizamos nesse texto uma breve reflexão sobre as possibilidades da teoria da história e da historiografia em “tempos pós-modernos”. Destarte, apresentamos de forma panorâmica uma síntese do pensamento pós-moderno, concomitantemente, abordaremos as tradições historiográficas que se consolidaram ao longo do século XX, com o objetivo de refletir sobre a práxis do historiador nos “tempos pós-modernos”. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica, que não obstante os limites dessa escritura, atende nossos modestos anseios.

Em “tempos de pós-modernidade”, para que serve a História afinal?

A modernidade se constituiu sob o estandarte da liberdade. Liberdade que tem sua gênese no movimento da renascença e no desenvolvimento de novas formas de produção que superaram a fragmentação, o regionalismo e o protecionismo comum das guildas e corporações medievais. Constituiu-se numa ruptura com um mundo preso a concepções que permeavam a escolástica, mundo do providencialismo e do pecado, que desvirtuava a razão humana, tida pela teologia cristã como “decaída”.

A modernidade resgatava o humanismo, valorizava a razão e rompia com os grilhões do dogmatismo e misticismo medievais. A ciência tomava ares de verdade, inaugurava-se uma era da consagração do método em detrimento da fé. A respeito desse paradigma que se firmava, Boaventura Santos explica:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem (SANTOS, 2008, p. 21).

A modernidade operou o resgate da ação do sujeito histórico, em oposição ao providencialismo teleológico cristão, evocou a individualidade que marcara o espírito grego. O homem salta da condição de mero expectador para protagonista, torna-se senhor de seu destino. Grandes paradigmas narravam à apoteose humana de forma cognoscível, havia trilhas seguras que desaguavam nas metanarrativas. A História assim empreendida exaltava o agir humano e o triunfo da razão, ao contrário, os discursos pós-modernos rejeitam as teorias totalizantes do marxismo, do hegelianismo, do cristianismo (DANTAS, 2004) e de “qualquer outra filosofia da história baseada em noções de causalidade, em soluções totais que tudo englobam a respeito do destino humano” (GIROUX, 1993, p. 52 apud DANTAS, 2004, p. 184).

Na medida em que a condição da pós-modernidade se pauta, entre outros aspectos pelo abandono da fé no progresso projectado pela humanidade, ela distingue-se também pelo desaparecimento das justificações encontradas na grande narrativa- o livro bíblico, que historiando a humanidade, oferecia uma linha condutora que apropriadamente a colocava na história e a caracterizava como dotada de uma temporalidade: um passado definido e um futuro previsível. Entender-se ia a história como registro de sequência de mudanças, datação ou forma específica de codificar a temporalidade. (PIRIS, 1999, p.82)

Na rejeição às metanarrativas estava patente o repúdio a ontologia que as fundamentava. Nessa perspectiva, a História não teria inteligibilidade, assim, não existiria uma História única, mas um amálgama de múltiplas Histórias particulares. Em outros termos: “Ao invés da grande narrativa, há uma pluralidade de narrativas não passíveis de serem apreendidas sob uma única lógica, uma lei única” (DANTAS, 2004, p. 184). Nessa perspectiva, a História não faria mais sentido, pois “não há uma finalidade única para a qual tudo deve tender” (RAJCHMAN, 1989, p. 34 apud DANTAS, 2004, p.184).

Em 1989, Francis Fukuyama publicava na revista americana “*National Interest*”, um ensaio teórico cujo título estava destinado a provocar um polêmico debate: “The End of History”? Dois anos mais tarde publicaria um livro intitulado: *O fim da história e o último homem*. Segundo a tese sustentada por Fukuyama (1992):

[...] a humanidade chegou ao ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal sobre o fascismo e, mais contemporaneamente, sobre o comunismo. Vitorioso na Europa e, agora, em expansão pela Ásia (Japão, Coreia do Sul, Taiwan), este regime se estenderá, mais cedo ou mais tarde, a todos os povos civilizados, após a eliminação dos resíduos de passado histórico, localizados nas regiões subdesenvolvidas do Terceiro Mundo: nacionalismos e fundamentalismos impregnados de toxinas ideológicas e tensões étnico-políticas. Mais do que propriamente término dos conflitos ou mudanças circunstanciais, o fim da história representa, na realidade, o esgotamento de qualquer possibilidade alternativa para o

capitalismo e suas manifestações democrático-liberais. (VIEIRA, 1993, p.128).

Não obstante, as polêmicas de uma hipótese aparentemente fatalista, sustentada por Fukuyama, somada ao relativismo epistemológico proposto na pós-modernidade, importa destacar que diante de uma sociedade que exige certezas e provas irrefutáveis de “cientificidade”, atreladas a uma concepção de eficácia resultante do crescimento do pragmatismo, utilitarismo e imediatismo das sociedades contemporâneas de mercado, que se apresentam triunfantes após a queda do socialismo real, assim como Bloch (2001) enfrentou em seu tempo, hoje o historiador enfrenta, e deve estar pronto para a empreitada, o desafio de ser constantemente interpelado sobre a utilidade da História. “Para que serve a História?” E, entre tantas possibilidades, entre tantas outras respostas, sustentamos ainda seu legado:

À história, mesmo que fosse eternamente indiferente ao homo faber ou politicus, bastaria ser reconhecido como necessária ao pleno desabrochar do homo sapiens. Entretanto, mesmo assim limitada, a questão não está, por isso, logo resolvida. (BLOCH, 2001, p. 45).

Marcadas pelo processo revolucionário de industrialização e massificação, com expansão da produção e do consumismo, mesmo compreendendo-se todo o papel transformador do Homo faber e politicus, indicativo de sua historicidade, por mais que consideremos que a História possa ser inerente à natureza do Homo sapiens, não basta que ela seja necessária à plenitude conscienciosa do homem para a questão de sua importância estar resolvida. O reconhecimento dessa necessidade não torna menos imperioso à História, a utilização das mais modernas técnicas de investigação e a superação de suas possíveis limitações conceituais. Ao contrário, torna-se condição singular repensar os conceitos históricos, principalmente, na atual perspectiva que relativiza as “verdades” científicas (LYOTARD, 2009).

Em seu livro História e teoria social Peter Burke, resume esse drama de forma categórica: “Vivemos em uma era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas, uma era instigante. Ao mesmo tempo, confusa”. (BURKE, 2002, p.37).

Em tempos pós-modernos, para o senso comum a História aparenta ter muito mais desafios e dúvidas do que certezas. Por isso, alguns se questionam sobre as razões do por que se propor a ser historiador. Por que adentrar no “conceito de passado” diante do progresso das tecnologias digitais e da constante inovação que impulsiona os mercados onde tudo e descartável? Mais do que ter a pretensão de dar uma resposta definitiva a essa complexa

questão, sustentamos que a necessidade do passado como referência ou padrão cultural para a constituição das identidades locais e nacionais esta longe de perder sua pertinência.

A História enquanto ciência milenar apoia-se em uma sólida tradição heurística e metodológica, obviamente não uníssona, que em termos gerais se baseia na crítica das fontes, nos documentos oficiais ou não, em vestígios de toda espécie e posto a prova por constantes reflexões epistemológicas. Essa referida tradição é que permite refutar aos críticos que querem reduzi-la a uma simples narração ou ficção romântica. Nada contra a narração literária, pois ela é fundamental na materialização da História, mas, por outro lado, a História se expande além da narrativa, ela faz parceria com a narrativa para se desenvolver enquanto ciência específica, nos socorrendo nos postulados de E. P. Thompson (1981), nós sustentamos a lógica histórica.

Segundo Thompson (1981):

Por “lógica histórica”, entendo um método lógico de investigação adequado s materiais históricos, destinados, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc, e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador o tempo todo. (A história não é, penso eu, a única a quebrar seus próprios juramentos). É, porém, dizer que essa lógica não se revela involuntariamente; que a disciplina exige um preparado árduo, e que três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa. É dizer que é essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: não - por favor notem, - a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira. (THOMPSON, 1981, p. 49).

Dito isso, implica que os fatos só se tornam cognoscíveis após o crivo dos vigilantes métodos históricos, e que o conhecimento histórico produzido é sempre provisório, incompleto, seletivo, limitado e definido pelas perguntas feitas as evidencias, o que o torna “verdadeiro”, porém, dentro do campo assim definido.

(THOMPSON, 1981).

Do ponto de vista da teoria social, o método histórico não pode deixar de considerar a subjetividade, a interpretação e a mediação do historiador em seu papel de investigação do fenômeno histórico. Como esclarece Michel de Certeau, em sua obra, *A escrita da história*:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTAU, 1982, p. 65-66).

O historiador está incluso na realidade socioeconômica em que participa como sujeito histórico, formado pelo meio cultural, pelas ideologias e filosofias de seu tempo e, por sua atuação político-social nesse dado espaço geográfico. Mas também não deve comprometer tendenciosamente ou ideologicamente a sua pesquisa, buscando sempre o confronto de suas conclusões com os vestígios encontrados ao longo da investigação. “Reunir a história começa não na contemplação da teoria, mas sim num encontro com a evidência.” (HANDLIN, 1982, p. 123).

O estudo histórico das relações sociais, das ações humanas ao longo do tempo, deve pressupor a existência de uma ciência histórica desenvolvida em parceria com outras ciências sociais, dentro de uma concepção que auxilie a compreensão da sociedade no tempo presente. A História, nesse caso, deverá ser tratada como ciência em construção, mas, com sólidos alicerces; uma ciência que não pretende ser limitada a um conceito positivista, dado a impossibilidade de negação do papel da interpretação na análise dos fatos históricos ou que caia num relativismo extremo que lhe negue qualquer possibilidade ou pretensão de apreensão de uma verdade objetiva. Defendemos que a História em suas pretensões não nega o contexto da subjetividade, tão pouco, a importância das estruturas sociais, expurgadas obviamente, dos excessos dos determinismos economicistas/estruturalistas que negam o agir dos sujeitos, ao contrário, admite-as e busca relacioná-las numa reflexão sistêmica.

A produção historiográfica contemporânea tendo sua gênese na ascensão de novas abordagens que a reorientaram e a resignificaram profundamente, de modo especial os *Annales*⁴ e o Marxismo, rompeu com a crença de neutralidade e objetividade tão caras aos historiadores ditos positivistas no século XIX, bem como rompeu também com o relativismo historicista. Em fins do século XIX, a “história torna-se sujeito de si, buscando nela própria

⁴Movimento historiográfico surgido na França em 1929 e promovido por meio de uma revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Block. Em síntese, questionava a historiografia tradicional de matriz positivista, que enfatiza os “heróis” e grandes “personagens”, propondo uma história problema e interdisciplinar, que abrangesse a totalidade dos sujeitos históricos, em relação com suas estruturas e conjunturas. **“Uma historia preocupada, enfim, não com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passível de compreensão e explicação”**. (VAINFAS, 1997, p.194). (Grifo nosso).

sua legitimação” (REIS, 1998, p. 68). Os historiadores positivistas sustentavam a tese “que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um reconhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva” (Reis, 2004, p. 18). O emergir de uma nova filosofia crítica da História, que negava o idealismo clássico Hegeliano e recusava os métodos das ciências naturais, sustentando uma epistemologia da História, que a tornava absolutamente relativista, segundo a qual o sujeito é levado a conhecer pelas sensações e amplia esse conhecimento por meio do método crítico das fontes (FALCON, 2006; REIS, 2004; CARDOSO, 1997). “O resultado dessa relação é ainda racional e discursivo - uma narração -, mas a obtenção da informação se dá por meio da “intuição”, informada pelo estudo das fontes” (REIS, 2004, p.36). Historiadores vinculados à tradição dos annales e as abordagens marxistas, não obstante as significativas diferenças que ordenam suas práxis, convergem em alguns pontos como, por exemplo, a busca por uma síntese global, a convicção de que a consciência dos homens não coincide com a realidade social e o respeito pela especificidade histórica de cada período (CARDOSO, 1997).

As concepções de História consideradas pós-modernas, parecendo ignorar a significativa tradição heurística supracitada, muito tem se utilizado das reflexões sociológicas relativistas de análise da sociedade como forma de minimizar as posições rígidas frente à realidade, combatendo posturas ditas “absolutizadoras” sobre uma possível “verdade” histórica. Eric Hobsbawm (1998, p. 9), faz uma contundente crítica ao relativismo que permeia os discursos pós-modernos, senão vejamos:

Em resumo, acredito que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história. Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu, mas o que as pessoas pensaram a respeito) é outra questão. (HOBSBAWM, 1998, p.8).

Para a pós-modernidade a busca por um sentido para a História seria inócua, uma vez que a realidade não seria de todo apreensível, destarte a historiografia seria apenas uma ficção, um enredo de novela. O fato histórico seria apenas um discurso perdendo assim a sua condição de concretude. Refutamos essa assertiva utilizando outras palavras de (FEBVRE, 1953, p. 7 apud GLÉNISSE, 1983, p. 132) que afirma: “a História também cria seu objeto”, partindo do pressuposto comparativo de que as ciências naturais têm o poder de criar o seu objeto, porém, este objeto das ciências da natureza, não é criado magicamente, mas a partir

dos recursos já existentes. Também, a História trabalha o seu objeto a partir da realidade histórica estudada, analisada e compreendida.

O fato histórico se revela escorregadio, incerto ou indeterminado em nossa tentativa de conceituá-lo, e provavelmente, nem teremos unicidade de pensamento sobre isto, mesmo assim, por mais genérico que possa parecer, cremos que o fato histórico possa ser compreendido subjetivamente, como um fenômeno complexo que engloba os acontecimentos individuais e/ou sociais, as instituições e os costumes.

Nesta perspectiva, o fato histórico parece perder em solidez. Mas o que abandona em certeza, ele ganha em profundidade. Quando sabe não mais poder considerá-lo como um átomo destacável da realidade exterior, o historiador vê, deveras, comprimir-se por trás do acontecimento a inesgotável riqueza do passado, de tal forma que um fato histórico apenas pode tomar todo seu sentido, em definitivo, renunciando aos contornos precisos nos quais, durante tanto tempo, e com a maior das boas-fés, a erudição acreditou poder encerrá-lo. (GLÉNISSON, 1983, p. 133).

Numa relação complexa, a subjetividade e a objetividade se encontram num fato-acontecimento imediato, real ou imaginário, ligado ou não à esfera de atuação das instituições, podendo provocar em níveis diferentes, consequências de grande impacto social em determinado momento da História. Assim, este fato pode marcar o ser humano em seus costumes e relações sociais a curto, médio ou longo prazo, a ponto dele, o fato, não só ser histórico, mas revelar-se histórico e, assim, ser reconhecido pela posteridade, e depois, analisado e publicado pelo historiador. Negá-lo seria aceitar a impossibilidade de compreender o vivido.

Algo que a “vertigem” epistemológica pós-moderna não pode negar é que o homem tem consciência de sua finitude e se percebe como um ser, que se constitui no tempo, desta feita encontra no passado referências que ditam os ritmos e significados das mudanças ou permanências em sua trajetória. Dito de outra forma:

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. (HOBSBAWM, 1998, p. 22).

O historiador, consciente da sua condição humana, vive o dilema de ter o homem como objeto de estudo, ao mesmo tempo em que é parte interessada nos resultados de sua pesquisa. Por isso, diga-se de passagem, que “nas ciências sociais sujeito e objeto pertencem

à mesma categoria e interagem reciprocamente um sobre o outro.” (CARR, 2002, p. 104). Ainda segundo Carr (2002), no campo metodológico da teoria, no universo da História, além de sujeito e objeto, passado e presente, para mais adiante, a mesma dicotomia entre fatos e interpretação, sob outras formas, envolvendo o particular e o geral, o empírico e o teórico, o objetivo e o subjetivo. Dicotomias que ampliam os dilemas dos historiadores, tal qual a análise exposta no livro – Que é história?

O dilema do historiador é um reflexo da natureza do homem. O homem, salvo nos primeiros anos da infância e nos últimos da velhice, não é totalmente envolvido pelo seu meio ou incondicionalmente sujeito a ele. Por outro lado, ele nunca é totalmente independente dele nem o domina incondicionalmente. A relação do homem com seu meio é a relação do historiador com seu tema. O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade. (CARR, 2002, p. 65).

O dilema da relação entre o historiador e os fatos históricos, perdura como um impasse eterno, como dúvida necessária e integrante da própria natureza humana, o que não invalida sobre maneira o conhecimento que produz, antes ao escolher os fatos relevantes dentre os fatos analisados, ele terá também se definido ideologicamente.

O historiador ao escrever e analisar a História, parte da seleção dos fatos históricos disponíveis ou conhecidos em sua pesquisa. E, nesse dilema, não há imparcialidade, pois, o historiador inserido em sua práxis sociopolítica, produz e reproduz o discurso que se revela como parte, enquanto conhecimento elaborado, e sujeito que faz repensar o meio social, assim, ele interfere como “cúmplice” construtor e crítico dessa realidade social, desta feita a epopeia humana se apresenta inteligível.

Retomando a lição que o afamado historiador inglês E.P Thompson sustentou quanto a História, reforçamos que seu conhecimento jamais será absoluto, porém, jamais fictício, “Se tem pretensões a ser uma ciência precisa, estas são totalmente espúrias. Mas (como a argumentei suficientemente) seu conhecimento continua sendo um conhecimento, e é alcançado através de seus próprios procedimentos de lógica histórica, seu próprio discurso da comprovação. (THOMPSON, 1981, p.83)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das críticas pós-modernas à produção historiográfica, nos limites desse texto, nosso objetivo foi reafirmar a tradição histórica com base em perspectivas teóricas e metodológicas próprias da área, sustentando a legitimidade do saber histórico.

Nesse sentido, compreendemos que a crítica à visão de totalidade da narrativa histórica tornou-se uma constante nos discursos pós-modernos, transformando-os mesmo numa linguagem recorrente de tipo discurso único, mesmo quando aparenta ser diversificado e fragmentário. A crítica pós-moderna se configura como uma forma globalizante de relato histórico-social e de explicação da realidade muito em sintonia com o desenvolvimento do capitalismo globalizado.

Não obstante, nossas ressalvas são fatos inegáveis que as críticas pós-modernas impactaram a produção historiográfica, levando ao debate, ao embate e a reflexão diante da impossibilidade de negar a crise dos paradigmas que fundamentavam a teoria da História.

Referências Bibliográficas

- ANGELI, José Mario. Globalização e pós-moderno. *Rev. Mediações* - Edição Especial, Londrina v. 1, n. 2, p. 13-20, jul./dez. 1996.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?*, 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CERTAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- DANTAS, Leda. *Pós-modernidade e filosofia da história*. Milenium, v.32, p.178-187, 2004.
- FALCON, Francisco José Calazans. *História cultural e história da educação*. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.
- GLÉNISSE, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983.
- HANDLIN, Oscar. *A verdade na história*. São Paulo: Martins Fontes. Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.
- MAIA FILHO, O. N.; Chaves, Hamilton Viana; Ribeiro, Luís Távora Furtado; Sousa, Natalia Dias de Sousa. *O impacto da aceleração tempo-espaço nas relações de produção*. – In: *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 21, n. 2, p. 83-96, mai./ago. 2014.
- PIRIS, Maria João. [Descontinuidades do tempo e da história na pós-modernidade: breve abordagem](#). *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e literaturas*. Porto, vol. 16, p. 81-90, 1999.

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *História e Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *Introdução Metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erro: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio: Zahar, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.